

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8045, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE TRATA DO "CÓDIGO DE PROCESSO PENAL" (REVOGA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 1941. ALTERA OS DECRETOS-LEI Nº 2.848, DE 1940; 1.002, DE 1969; AS LEIS Nº 4.898, DE 1965, 7.210, DE 1984; 8.038, DE 1990; 9.099, DE 1995; 9.279, DE 1996; 9.609, DE 1998; 11.340, DE 2006; 11.343, DE 2006), E APENSADO

REQUERIMENTO Nº 2016.
(Do Sr. Paulo Teixeira).

Requer a realização de audiência pública para discutir o tema "Justiça Restaurativa" no âmbito do Código de Processo Penal.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, ouvidos o Plenário, audiência pública para discutir o tema da Justiça Restaurativa para a resolução de conflitos caracterizados como crime. Para tanto, gostaríamos de convidar as seguintes pessoas:

- André Ribeiro Giamberardino, Dr. Defensor Público do Estado do Paraná.
-
- Petronella Maria Boonen, Doutora e mestra em sociologia da educação pela Universidade de São Paulo/USP).
- Glauca Foley - juíza Gláucia Falsarella Foley, coordenadora do Programa Justiça Comunitária do TJDFT.
- Fernanda Broll Carvalho Ahmad, promotora de Justiça do Ministério Público de São Vicente do Sul, São Paulo.

Sala das Sessões, em junho de 2016.

PAULO TEIXEIRA
Deputado Federal